



## Davi e governadores defendem novas regras para exportação

Presidente do Senado apoiou iniciativa de autoridades para que parlamentares revisem dispositivo da Lei Kandir que impede cobrança de ICMS sobre produtos exportados

**A**pós reunião com governadores e vices de 14 estados ontem, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, declarou apoio à iniciativa de revisar o dispositivo da Lei Kandir que impede os estados de cobrarem ICMS sobre

exportações de produtos e serviços. Segundo ele, o Senado poderá iniciar em breve a discussão de proposta de emenda à Constituição (PEC) para tratar do assunto.

Em Plenário, Davi fez um balanço do primeiro

semestre, segundo ele o mais produtivo dos últimos 25 anos, com 487 aprovações nas comissões e 134 em Plenário. “Minha disposição como presidente é de sempre enfrentar o bom debate com diálogo e com busca do consenso”, afirmou.



Marcos Brambilla/Senado Federal

Em reunião com 14 governadores, Davi Alcolumbre diz que apoia a reivindicação dos estados, que é antiga, e está construindo um entendimento com o governo sobre a cobrança do imposto sobre exportados

### Aumenta encarceramento e não reduz crime, dizem críticos a pacote de Moro

Um dos projeto que integram o pacote anticrime, sugerido pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, recebeu críticas ontem em audiên-

cia da Comissão de Constituição e Justiça. O texto traz medidas contra corrupção, crime organizado e delitos violentos. **4**

### Senado aprova novos titulares para embaixadas em Marrocos e Paraguai

Além dos diplomatas, o Plenário aprovou a recondução de integrante do Conselho Nacional do Ministério Público. Ainda ontem, os senadores

enviaram para a sanção presidencial projeto que permite à universidades comunitárias indicar membros para o Conselho Nacional de Educação. **3**

### Policiais apoiam a MP que agiliza venda de bens apreendidos do tráfico de drogas

Policiais defenderam ontem a medida provisória que agiliza a venda de bens apreendidos do tráfico em audiência na comissão mista que analisa o assunto. Eles entendem que

a aprovação irá gerar recursos para o aparelhamento das polícias e o combate às organizações criminosas. A Polícia Federal possui hoje R\$ 453 milhões em bens apreendidos. **4**



Gerardo Mergel/Agência Senado

Senador Marcos Rogério (C) conduz audiência pública na CI sobre preço de passagens aéreas

### Governo culpa política da Petrobras e saída da Avianca por passagens aéreas caras

Em audiência na Comissão de Infraestrutura, representantes do Ministério da Economia, da Secretaria Nacional do Consumidor e a Agência Nacional de Aviação Civil disseram que as passagens

aéreas vêm ficando cada vez mais caras dentro do Brasil por causa do monopólio da Petrobras no combustível dos aviões e da redução da concorrência após a falência da Avianca. **3**

**Comissão Mista de Orçamento deve votar hoje LDO de 2020 **3****

**Ministro falará hoje no Senado sobre Fundo Amazônia **4****



Jefferson Ruty/Agência Senado

**A**senadora Mara Gabrilli inaugurou ontem a nova rampa de acesso para cadeirantes à mesa do Plenário do Senado. Foi ela a inspiração para que o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, determinasse a melhoria da acessibilidade. “O Parlamento brasileiro tem preocupação, sim, com pessoas que caminham de forma diferente”, disse Mara, primeira parlamentar tetraplégica eleita para o Senado, entre Rose de Freitas e Davi Alcolumbre.

# Comissão vai ouvir Caixa sobre empréstimos para NE

O senador Alessandro Vieira, autor do requerimento, disse que a Região Nordeste recebeu menos recursos que o resto do país, cerca de 2,2% do que foi autorizado para governadores e prefeitos

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem requerimento para ouvir o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, sobre as diretrizes para a concessão de empréstimos para estados e municípios da Região Nordeste. Um dos autores do pedido, senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), argumentou que a região recebeu recursos inferiores à média normalmente praticada pelo banco.

Denúncias veiculadas pela imprensa informaram que, em 2019, até o dia 29 de julho, menos de dez operações haviam sido autorizadas, no total de R\$ 89 milhões, cerca de 2,2% dos R\$ 4 bilhões autorizados para governadores e prefeitos de todo o país.

Em 2018, a Caixa fechou R\$ 6 bilhões em operações para os governos regionais, sendo cerca de R\$ 1,3 bilhão (ou 21,6% do total) para o Nordeste. No ano anterior, o



Requerimento de Alessandro Vieira foi apoiado por Flávio Bolsonaro



banco contratou R\$ 7 bilhões, dos quais R\$ 1,3 bilhão foi direcionado para governadores e prefeitos nordestinos (18,6% do total). A partir do dia 30 de julho, após publicação do assunto pela mídia, outros empréstimos foram liberados, elevando os números para R\$ 270 milhões.

O senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) frisou ter votado a favor do requerimento para que se esclareça que o governo

não faz orientação nenhuma para restringir recursos aos nordestinos, nem há qualquer preconceito com os estados.

Outros requerimentos aprovados convidam o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, para falar sobre a política de juros do Brasil e explicar as decisões de redução dos juros e dos depósitos compulsórios na rede bancária.

## Humberto acusa Bolsonaro de prejudicar governos de oposição

Humberto Costa (PT-PE) acusou ontem o presidente Jair Bolsonaro de vetar investimentos em estados do Nordeste que têm governos de oposição. Essa atitude, disse, configura crime de responsabilidade.

Declarações recentes do presidente também foram motivo de reclamação. Para o senador, o mandatário tem agredido minorias.

— Nunca se viu tanto desprezo, tanta afronta, tanta segregação partindo de alguém com a faixa presidencial. Ontem [anteontem], mais um ato explícito de pequenez política foi protagonizado por quem deveria unir o país. Na Bahia, o presidente voltou a ridicularizar os nordestinos e hostilizou os governadores da região.

## Para Zenaide, juros aplicados por bancos no Brasil é extorsão

Zenaide Maia (Pros-RN) afirmou ontem que as altas taxas de juros estabelecidas pelos bancos e pelas instituições financeiras, além de serem desproporcionais, afetam diretamente a renda das famílias brasileiras.

Ela pediu apoio aos colegas para aprovação da PEC 79/2019, de sua autoria. A proposta, em análise na Comissão de Constituição e Justiça, limita os juros estabelecidos por bancos e instituições financeiras a, no máximo, três vezes a taxa Selic, que hoje seria de 18%. De acordo com a senadora, os bancos praticam extorsão.

## Heinze defende incentivo para startups do setor agrícola

Luis Carlos Heinze (PP-RS) defendeu ontem maior incentivo a pesquisas e parcerias público-privadas com as universidades para desenvolvimento de startups que venham a melhorar a produtividade agrícola.

O senador também lamentou a veiculação de episódio do programa humorístico *Zorra*, da TV Globo, com uma paródia sobre a desburocratização de defensivos agrícolas pelo governo federal. Segundo ele, a animação que foi ao ar em horário nobre atacou de forma equivocada os produtores rurais do Brasil.

## Confúcio Moura sugere criação de prêmio para o melhor professor do país

A educação não é de responsabilidade só do Executivo, e o Senado tem obrigações, inclusive com a reforma educacional, “a maior das reformas”. As afirmações foram feitas por Confúcio Moura (MDB-RO). O senador



sugeriu que a Casa ofereça uma premiação nacional aos melhores professores, escolas e inovações no setor da educação, com gratificação de R\$ 1 milhão, para motivar esses profissionais e diminuir a evasão escolar.

## Bittar destaca os 117 anos do início da revolução que integrou Acre ao Brasil

Marcio Bittar (MDB-AC) lembrou ontem os 117 anos da Revolução Acriana. O conflito culminou na integração do Acre, que antes



para a região em busca de trabalho na época do ciclo da borracha. O senador lamentou que até hoje o Acre dependa de progra-

mas assistenciais e defendeu a prosperidade do estado por nordestinos que seguiram

meio dos recursos naturais.

## Zequinha cobra do governo repasses do Programa Minha Casa, Minha Vida

Zequinha Marinho (PSC-PA) criticou ontem o atraso dos repasses do governo federal ao Minha Casa, Minha Vida. Segundo ele, não o Congresso autorizou a abertura de crédito suplementar



para o programa. O senador disse que os atrasos de repasses estão comprometendo a saúde financeira das empresas da construção civil que se dedicam a casas populares, elevando ainda mais as taxas de desemprego.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDR Transporte escolar**  
9h Audiência para debater valorização do motorista de transporte escolar.
- CAS Visto de trabalho**  
9h30 Na pauta, projeto que cria o visto de trabalho simplificado para jovens.
- CCJ Operações de crédito**  
10h Comissão pode votar o projeto que autoriza a CAE barrar operações de crédito externo com pendência judicial.
- CCT Política pública**  
10h Análise de plano de trabalho para avaliação da política pública. Em seguida, votação de projetos, entre eles o que dá preferência a patentes verdes.

- MP 882/2019 Programa de parcerias**  
10h Análise do relatório sobre a MP do Programa de Parcerias de Investimentos.
- CRA Falência de produtor rural**  
11h Entre os itens em pauta, projeto que iguala produtor rural a empresário para falência ou recuperação.
- CTFC/CMA Fundo Amazônia**  
14h Audiência conjunta com o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Entre os projetos em pauta, está a PEC que limita decisões do STF.
- CMO LDO**  
14h30 Votação do projeto da LDO 2020.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editores-chefe:** Fernanda Vidigal  
**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer  
**Diagramação:** Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Davi apoia revisão do ICMS sobre exportações

Em reunião com 14 governadores, o presidente do Senado disse que pretende revisar dispositivo da Lei Kandir que impede estados de cobrar ICMS sobre produtos exportados

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, declarou ontem apoio à iniciativa de revisar o dispositivo da Lei Kandir que impede os estados de cobrarem ICMS sobre exportações de produtos e serviços. Segundo ele, o Senado poderá iniciar em breve a discussão de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para tratar desse assunto.

Davi se reuniu com os governadores e vices de 14 estados, que estiveram em Brasília para o 4º Fórum Nacional de Governadores. Ele disse que a reto-

mada da autonomia estadual para tributar as exportações é uma reivindicação antiga.

A Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 1996) regula a cobrança do ICMS, imposto estadual que incide sobre a circulação de mercadorias e serviços. A competência para tratar do ICMS é dos governadores, mas a Lei Kandir determina quais operações podem ser tributadas e quais não podem. Entre aquelas excluídas da tributação, estão as exportações.

— Desde a criação da Lei

Kandir, os estados querem tributar eles mesmos o ICMS dos produtos de exportação, especialmente minério e grãos. Estamos construindo isso em acordo com o governo. Está indo muito bem — afirmou.

O governador do Pará, Helder Barbalho, afirmou que a iniciativa seria a oportunidade de corrigir um “equivoco” estabelecido pela Lei Kandir.

— A PEC vai permitir que a vocação dos estados para exportar produtos esteja sob a responsabilidade da política tributária dos próprios estados.

A União precisa compensar os estados pela isenção forçada de ICMS sobre as exportações, mas mudança na legislação feita em 2004 exige que o valor seja renegociado todos os anos. O debate sobre a definição de um valor anual fixo de compensação se estende há anos. A prorrogação mais recente do assunto veio na segunda-feira, quando o Supremo Tribunal Federal deu mais seis meses para que uma comissão especial, com representantes da União e dos estados, chegue a um consenso.

Um projeto de lei (PLP 511/2018) estabelece a soma de R\$ 39 bilhões a serem repassados para os estados por ano. O texto foi elaborado por uma comissão mista de deputados e senadores e aguarda votação no Plenário da Câmara. Porém, se a exigência de isenção vier a ser extinta por emenda constitucional, a proposta se tornará redundante.

O senador Wellington Fagundes (PL-MT) foi o relator da comissão mista e um dos responsáveis pela elaboração do projeto que regulamenta a compensação federal. Ele afirmou que a ideia de permitir que os estados tributem livremente as exportações significaria um acirramento da guerra fiscal, a competição por investimentos por meio de benefícios tributários e isenções. Isso tem prejudicado a situação financeira das unidades da federação.

— A realidade fiscal dos estados é muito complexa porque fizeram isenções acima do que era possível. Hoje estão comprometendo tudo que têm.

## Minha disposição é para diálogo e consenso, diz presidente do Senado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou ontem, em Plenário, confiar no entendimento e no equilíbrio para que os embates na Casa sejam sempre de ideias. Ele garantiu que buscará a convergência entre os senadores, sem deixar de exercer a legitimidade e a autoridade

do mandato de presidente do Senado.

— Minha disposição como presidente é de sempre enfrentar o bom debate com diálogo e com busca do consenso — declarou.

A fala foi uma resposta a notícias veiculadas ontem sobre uma reunião entre senadores

insatisfeitos com o andamento de alguns projetos no Senado. Apontado como um insatisfeito, Flávio Arns (Rede-PR) disse sempre ter elogiado o trabalho de Davi. Outro citado, Eduardo Girão (Podemos-CE), afirmou entender o motivo da demora para que alguns temas sejam

analisados, mas ponderou que é preciso atender o clamor da sociedade.

Davi fez um breve balanço do primeiro semestre, que classificou como o mais produtivo dos últimos 25 anos: foram aprovados 487 pareceres nas comissões e 134 proposições em Plenário.

## Plenário aprova novos embaixadores para Marrocos e Paraguai

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação de novos embaixadores. Flávio Soares Damico vai chefiar a embaixada brasileira no Paraguai, e Julio Glinternick Bitelli ficará à frente da embaixada do Brasil em Marrocos.

Os senadores, além disso, aprovaram a recondução do juiz Luciano Nunes Maia Freire no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), ocupante da vaga destinada ao Superior Tribunal de Justiça.

Ainda na sessão de ontem, o Plenário aprovou um projeto que afeta o Conselho Nacional de Educação (CNE) e outro que homenageia um oficial da Aeronáutica e avançou na discussão de duas propostas de emenda à Constituição (PECs).

A proposta que afeta o CNE é o PL 3.509/2019. O texto,

que agora vai para a sanção presidencial, inclui as universidades comunitárias entre as entidades que podem indicar integrantes para a Câmara de Educação Superior do CNE.

Atualmente, não há dispositivo legal que garanta a participação das universidades comunitárias no CNE, órgão do Ministério da Educação que formula e avalia políticas educacionais.

O CNE é composto pelas câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, constituídas por 12 conselheiros cada uma. Eles são escolhidos e nomeados pelo presidente da República. Pelo menos metade dos indicados nas listas de cada câmara deve ser baseada em consultas a entidades da sociedade civil da área de educação.

O projeto é do senador Jor-



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, conduz a sessão em que o Plenário aprovou novos embaixadores

ginho Mello (PL-SC), que era deputado na época em que o apresentou. O relator foi Dário Berger (MDB-SC).

O PLC 113/2018, que também vai para a sanção, concede ao tenente-coronel Aldo Augusto Voigt, morto em 2001,

o título de Patrono do Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo da Aeronáutica.

Os senadores promoveram debate sobre duas PECs, que agora ficam mais perto de serem votadas: a PEC

82/2019, de Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), que reduz a possibilidade de decisões tomadas por apenas um magistrado no Poder Judiciário, e a PEC 2/2015, de Reguffe (sem partido-DF), que isenta remédios de impostos.

## Governo: Petrobras afeta preço de passagem aérea

Na Comissão de Infraestrutura, o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Ricardo Botelho, e dois representantes do governo, Andrey Vilas Boas (Secretaria Nacional do Consumidor) e Cesar Matos (Ministério da Economia), disseram que o alto preço das passagens aéreas se explica, entre outros motivos, pela falência da Avianca, o que reduziu a concorrência.

O fato de o Brasil ser atendido por apenas três grandes companhias é percebido como

um fator estrutural dessa baixa concorrência. Por isso, os três defenderam medidas como a abertura de 100% do mercado para empresas estrangeiras — medida aprovada recentemente pelo Congresso.

Botelho e Vilas Boas reclamaram do monopólio da Petrobras no querosene de aviação, o principal item de custo das companhias aéreas.

— Enquanto não tratarmos de forma consistente a maneira como o combustível de aviação é fornecido, não vai

mudar a estrutura de preços das passagens. Mesmo que o Brasil consiga atrair empresas de baixo custo, elas também vão esbarrar nesse gargalo estrutural — criticou Vilas Boas.

Kátia Abreu (PDT-TO) e Jean Paul Prates (PT-RN) criticaram a política de preços da Petrobras. O representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na audiência, Ricardo Castro, informou que o órgão já vem investigando preços praticados em Natal e Palmas.

## Comissão Mista de Orçamento pode votar projeto da LDO hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) vai se reunir hoje, às 14h30, com duas propostas na pauta de votações: o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 e um crédito especial que destina R\$ 89,66 milhões para diferentes ramos do Judiciário.

Sobre a LDO, no entanto, pode haver obstrução. Parlamentares reclamaram do não pagamento de emendas

individuais impositivas na área de saúde e sobre a falta de recursos para universidades e institutos federais.

O relator da LDO, deputado Cacá Leão (PP-BA), deve apresentar uma complementação de voto para incluir sugestões das bancadas. Ele fez várias alterações no texto do Executivo, mas manteve o reajuste do salário mínimo apenas pela inflação.

Da Agência Câmara

# Pacote anticrime recebe críticas de especialistas

De acordo com entidades de juízes que participaram de audiência pública na CCJ, projetos de lei do governo incentivam encarceramento, piorando superlotação dos presídios, e não reduzem violência

PARA TRATAR DO PL 1.864/2019, um dos projetos do pacote anticrime, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reuniu ontem especialistas em direito e associações de magistrados, defensores públicos e delegados. Sugerido pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, o texto traz medidas contra corrupção, crime organizado e delitos violentos.

No mês passado, o senador Marcos do Val (Cidadania-ES) entregou seu parecer, elaborado com sugestões de juristas. O senador Humberto Costa (PT-PE), no entanto, apresentou requerimento para a realização da audiência pública, para discutir melhor o tema.

A representante da Associação Juízes para a Democracia, Simone Schreiber disse acreditar que o pacote resultará em aumento dos encarceramentos e afirmou que prisões não resolvem a criminalidade no país.

O PL 1.864/2019 permite a prisão de condenados em segunda instância, eleva penas nos casos de crimes com arma de fogo e amplia a situação de legítima defesa ao policial.

Na opinião da professora



A advogada Rebecca Shaeffer fala em debate dirigido por Humberto

Carol Proner, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o projeto contém questões “nebulosas” que podem resultar em “servilismo”, inclusive retirando atribuições do Congresso.

O vice-presidente do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, Rodrigo Baptista, ponderou que muitas modificações têm conceitos “abertos demais”, podendo gerar insegurança jurídica.

O presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Edvandir de Paiva, criticou a ausência de tópicos sobre o funcionamento das polícias e dos sistemas de investigação.

O professor Geraldo Prado defendeu o aprimoramento do sistema de apuração dos crimes e valorização do juiz de garantias (responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos do acusado).

Representante da Associação dos Magistrados Brasileiros, Paulo Afonso Siqueira observou que o Brasil não é um país onde se prende de forma exagerada, mas onde “se prende mal”.

— Se tivéssemos um sistema em que se aplicassem preceitos como prevenção e retributividade específica, além de ressocialização, o direito penal teria outro viés.

## MP que agiliza venda de bens do tráfico tem apoio em debate

Autoridades policiais defenderam ontem a Medida Provisória (MP) 885/2019, que agiliza a venda de bens apreendidos do tráfico. Eles entendem que a aprovação irá gerar recursos para o aparelhamento das polícias e o combate às organizações criminosas em todo o país.

O representante da Polícia Federal, Marcelo Andrade, disse que a instituição tem hoje R\$ 453 milhões em bens apreendidos de traficantes, incluindo imóveis, veículos, dinheiro, joias, iates e residências, entre outros.

O diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Fabiano Bordignon, disse que a MP vai gerar recursos para a ampliação do número de vagas nos presídios e para a contratação temporária de pessoal.

— Precisamos da MP para melhorar a estrutura de pessoal e gerar vagas junto com os estados — disse.

O secretário nacional de Política sobre Drogas, Luiz Roberto Beggiora, disse que o país conta com 80 mil bens a serem alienados, sendo 30 mil com trânsito em julgado.

— Queremos vender os bens no primeiro ano da apreensão para melhorar o aparelhamento das polícias.

Na avaliação de Confúcio Moura (MDB-RO), a MP corrige defeitos burocráticos, normas, portarias e atos administrativos que a cada dia dificultam a vida da Justiça.

A MP 885/2019 é relatada pelo deputado Capitão Wagner (Pros-CE). A comissão mista é presidida pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

### RÁPIDAS

#### COMISSÃO MISTA APROVA MP QUE RESSARCE ELETROBRAS

A comissão mista aprovou o relatório favorável do senador Eduardo Braga (MDB-AM) à MP 879/2019, que autoriza a União pagar até R\$ 3,5 bilhões à Eletrobras por despesas da empresa com compra de combustíveis até 30 de junho de 2017. A MP segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

#### RICARDO SALLES FALA HOJE SOBRE FUNDO AMAZÔNIA

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, fala hoje sobre o Fundo Amazônia, às 14h, em audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. A audiência foi requerida pelos senadores Eduardo Braga (MDB-AM) e Soraya Thronicke (PSL-MS).

## Plínio sugere leilão de aeronave apreendida

Plínio Valério (PSDB-AM) pediu ontem que seja revertida a decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que concedeu à Polícia Militar de Minas Gerais uma aeronave apreendida pela Polícia Federal no Amazonas durante a Operação Maus Caminhos. De acordo com ele, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região reconheceu que a compra se deu com dinheiro desviado do sistema de saúde do Amazonas e por esta razão, seria justo que o leilão auxiliasse a recuperar o recurso para o estado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Jayme quer premiar inovações no agronegócio

Jayme Campos (DEM-MT) anunciou ontem que apresentará um projeto para criar a Medalha Inovação no Campo, condecoração que reconhecerá soluções inovadoras para o setor rural.

Como o campo responde por mais de 24% do PIB, disse, *startups* que desenvolvam projetos que melhorem a produtividade merecem reconhecimento.

— A ideia da propositura é premiar soluções que, a partir do emprego de novas tecnologias, catalisaram o desenvolvimento da agricultura e da pecuária.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Kátia Abreu critica chefe do Executivo por declarações

Kátia Abreu (PDT-TO) disse ontem que falas de Jair Bolsonaro prejudicam a agropecuária. Para ela, o presidente brinca com a opinião pública quando não esclarece questões sobre a política ambiental e a liberação de agrotóxicos.

— O desrespeito à Amazônia e ao não desmatamento e a questão dos agroquímicos estão sendo relativizadas e tratadas “no peito e na raça”. Se estivéssemos envenenando as pessoas, não seríamos campeões mundiais de aumento de expectativa de vida.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Segundo Pacheco, Lei Kandir tem de ser cumprida

Rodrigo Pacheco (DEM-MG) criticou o não cumprimento da Lei Kandir. Ele afirmou que o Congresso precisa garantir que a União continue a compensar os estados pelo ICMS que não é arrecadado com produtos destinados à exportação, que, pela lei, são desonerados desse imposto. Segundo o senador, Minas Gerais é o estado que mais deixou de arrecadar com a desoneração prevista pela lei.

— Minas está à beira da falência. Com o ressarcimento das perdas da Lei Kandir, o problema seria atenuado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Reforma da Previdência só interessa a bancos, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que o governo já admite que a reforma da Previdência não salvará o Brasil.

— O principal argumento do governo é que, se não ocorrer a reforma, o país quebra. Nem esse argumento usam mais. Reconhecem que só a reforma não salva o país, não gera emprego e não contribui para o combate à miséria e à pobreza.

Paim destacou que os maiores interessados na reforma são os banqueiros. Para ele, a privatização da seguridade social já está sendo pré-anunciada.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Kajuru apoia Programa Médicos pelo Brasil

Jorge Kajuru (PSB-GO) apoiou ontem o Médicos pelo Brasil, programa criado por medida provisória. Para o senador, os maiores beneficiários serão as populações mais necessitadas, como as de municípios rurais remotos, cidades ribeirinhas e distritos sanitários indígenas.

— Especialistas têm elogiado o programa pela estabilidade do plano de carreira e pelos altos salários, que poderão garantir a fixação dos profissionais da saúde em regiões de difícil acesso e vulnerabilidade social.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Lasier pede instalação de CPI dos Tribunais Superiores

Lasier Martins (Podemos-RS) cobrou ontem a análise dos pedidos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal e a instalação da CPI destinada a apurar supostas irregularidades nos tribunais superiores.

O senador também pediu a participação dos senadores na definição da pauta de votações:

— No país perdura uma profunda crise, e ainda não se estão votando as grandes questões nacionais, aquelas que o povo quer.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Oriovisto condena partido que é “balcão de negócios”

Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) afirmou que o país precisa de reformas, como a política.

— A maioria desses partidos hoje tem donos, que se usam de verbas de campanha e fazem disso um balcão de negócios. Poucos são os partidos com ideologia, programa, propósito, amor à pátria, que estão na política porque querem mudar o país.

O senador disse ser contra o aumento de verba para financiamento de campanhas, de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 4 bilhões: — É desrespeitoso com a população.



Jefferson Rudy/Agência Senado